

SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO FÓRUM DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE PLANALTINA

Realizou-se em 25 de abril de 2001 a solenidade de inauguração do Fórum da Circunscrição Judiciária de Planaltina, presidida pelo Desembargador Edmundo Minervino, presentes o Desembargador José de Campos Amaral, Vice-Presidente do TJDF, o Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, Corregedor da Justiça do Distrito Federal, o Desembargador Mario Machado, Presidente da Amagis, Desembargadores, o Doutor Adhemar Vasconcelos, Diretor do Fórum de Planaltina, Juízes, membros do Ministério Público, advogados e autoridades.

Ao Fórum de Planaltina foi dado o nome de “Fórum Desembargador Lúcio Batista Arantes” em justíssima homenagem ao magistrado pioneiro do Distrito Federal, cuja carreira está relatada nos discursos proferidos na ocasião, que a seguir são publicados:

DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DO FÓRUM DE PLANALTINA - DESEMBARGADOR LÚCIO BATISTA ARANTES, PROFERIDO PELO DES. EDMUNDO MINERVINO - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Senhoras e Senhores,

A data de hoje, 25.abril.2001, expressa para todos nós do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios momento singular de júbilo, alegria e realização administrativa, ao inaugurarmos nesta Circunscrição Judiciária de Planaltina seu Fórum, ao qual, por decisão unânime da Corte, deu-se o honrado nome do Des. Lúcio Batista Arantes.

Este novo prédio conta com 3.030 m², cujas obras orçaram em R\$ 1.127.567,00, ao preço médio de R\$ 372,00 por m². Somado às instalações existentes de 2.780 m², num total de 5.810 m², abrigará, nesta Circunscrição Judiciária, uma Vara Cível, uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de trânsito, uma Vara de Família, Órfãos e Sucessões, duas Varas dos Juizados Especiais Cíveis e duas Varas dos Juizados Especiais Criminais.

Os fóruns, por sua natureza, destinam-se ao abrigo da prestação jurisdicional, missão constitucional do Poder Judiciário. Esta é a Casa do povo, destinada a todos aqueles que buscam a solução dos seus conflitos de interesses. No mesmo espaço comunitário, dentre os bens públicos de uso especial, a Casa da Justiça é a que efetivamente permite a todos que para aqui correm a igualdade perante a lei. Em suas salas de audiência ou julgamentos, o cidadão

encontrará na pessoa do Juiz o legítimo representante do Poder Judiciário, sempre pronto a realizar a justiça, restaurando a vontade emergente da lei, quando violada, estabelecendo a paz social. O administrador do Poder Judiciário não pode descurar-se, em sua gestão administrativa, de oferecer ao povo a efetiva oportunidade de obter a prestação jurisdicional e de exercitar plenamente o seu direito de cidadania.

Senhoras e Senhores. Esta solenidade da qual participamos e a que assistimos alcança relevância singular pelo fato de emprestarmos a este Fórum de Planaltina o honrado nome do e. Des. Lúcio Batista Arantes, ora aposentado. Sua vida pessoal, sua singular dedicação à função de magistrado são exemplos edificantes para todos nós. Seu nome gravado neste Fórum simboliza valores morais, os quais todos nós, magistrados e servidores, devemos invocar como norte de nossas condutas profissionais.

Nascido em setembro de 1918, na cidade de Trindade, este ilustre goiano tem em sua terra natal o sentimento de afetividade telúrica. Em Trindade, Goiás e Goiânia fez, respectivamente, o, primeiro grau, o secundário e a Faculdade de Direito. Da abençoada união conjugal com D. Albertina Cunha e Cruz Arantes advieram-lhes os filhos José Luciano, Lúcia Beatriz, Leonardo Otoni e Túlio Márcio.

Em seu estado natal, o nosso homenageado foi professor do Instituto de Educação, Delegado de Polícia, Promotor Público e Prefeito de Ipameri.

Sua história de pioneirismo e devotamento profissional começou a se desenhar, sem que ele mesmo pressentisse ou desejasse, ao ingressar como Juiz de Direito no Tribunal de Justiça de Goiás, em 1948. O destino traçava-lhe cuidadosamente o caminho. Em 1950, a convite do então governador daquele estado, foi transferido para Tocantinópolis. A promessa é a de que seria designado para Trindade, sua terra Natal, o que tanto desejava, para que pudesse ficar próximo de seus familiares. O então governador Coimbra Bueno, da UDN, perdeu as eleições para Pedro Ludovico, do PSD, frustrando, assim, a promessa política. Em permuta com um primo seu, também Juiz de Direito, veio Lúcio Arantes a ser titular, em 1951, da Comarca de Planaltina, à época a mais próxima de Goiânia, dentre as quais poderia escolher, sem perder a esperança de que pudesse, oportunamente, ir para Trindade, ou outra Comarca nos arredores de Goiânia, onde então moravam seus familiares.

As forças do destino, entretanto, traçavam-lhe a jornada, agora não só do magistrado, mas também do pioneiro, ou mais precisamente do magistrado pioneiro, ou, ainda, do pioneiro magistrado. Naquele mesmo ano de 1951, em sua Comarca, recebeu o General Poly Coelho, chefe da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital, e, em 1953, o Marechal João Pessoa. A vocação pioneira de Lúcio Arantes tem traços familiares. Seus

antepassados hospedaram, na Fazenda Torto, Luiz Cruls, Chefe da missão que demarcou a área do Distrito Federal; em Formosa-GO, o Visconde de Porto Seguro.

À medida que o tempo assinalava o seu inexorável registro, Lúcio Arantes foi se afeiçoando ao destino que a Providência lhe reservara, tanto assim é que rejeitou oito promoções seguidas, sem que, entretanto, seu amor pela cidade materna esmaecesse. Em 1958, recebeu designação do Presidente de seu Tribunal para responder por todas as questões ocorridas na área aonde viria a ser o Distrito Federal. Eram tantas, que correspondiam à metade das causas de Goiânia. Ali, em circunstâncias precárias, com instalações insuficientes, Lúcio Arantes estava sempre pronto a atender a todos com desprendimento pessoal, próprio de sua alma e de seu espírito.

Instalado o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios pela Lei nº 3.754, de 14.abril.1960, foram seus Desembargadores, Hugo Auler, Cândido Colombo Cerqueira, Márcio Ribeiro, Henrique Brauner e José Colombo de Souza; Juizes de Direito, Souza Neto, Raimundo Ferreira de Macedo, Darcy Ribeiro, Djalmani Calafanjes Castelo Branco, Geraldo Irineo Joffely, Mário Brasil e José Júlio Leal Fagundes; Juízes Substitutos, Lúcio Batista Arantes, José Fernandes de Andrade e Juscelino José Ribeiro; primeiros Juízes Substitutos concursados, com posse em 29.maio.1961, Mário Dante Guerrera, Waldir Meuren, Jorge Duarte de Azevedo.

Em nosso Tribunal, Lúcio Arantes, peregrino da justiça, mensageiro da fé e da paz social, o iniciante Juiz Substituto, seguia, com a paciência dos monges, os passos de sua caminhada; passo a passo, no compasso da carreira que sempre abraçou de modo devotado. Os cargos de Juiz de Direito e de Desembargador sedimentaram em Lúcio Arantes o sentimento vocacional à magistratura. As novas funções que lhe foram entregues, a de administrador, na condição de Vice-Presidente e Presidente do TRE/DF, revelaram-lhe o zelo com a coisa e o bem público. No biênio 1976/1978 foi Presidente do nosso Tribunal de Justiça. Mais uma vez, a dignidade pessoal do Juiz marcou a conduta do administrador. Na singeleza dos gestos na discricção pessoal, na fidalguia no relacionamento com seus Pares e servidores da Casa, Lúcio Arantes a todos cativava.

A coragem do juiz pioneiro. Ou do pioneiro juiz, a fidelidade a seu ofício, a devoção desse peregrino da justiça traçam o perfil de Lúcio Arantes e encontram agasalho nas palavras de Rui Barbosa, no sentido de que todo homem, principalmente aqueles que exercem parcela do Poder Público, tem que ter a coragem do guerreiro, a fidelidade do mensageiro e a fé dos apóstolos.

Lúcio Arantes, que tanto desejava ser Juiz em sua terra natal, Trindade, permitiu que a força da Providência operasse sobre sua pessoa e sobre sua missão de magistrado. Padre Vieira em sua prédica, no Sermão da Sexagésima, no Evangelho escrito por Mateus, ensina-nos o que disse Cristo a seus apóstolos; “Ecce exiit qui seminat, seminare.”...saiu o pregador evangélico a semear a palavra divina.” “...porque no dia da messe hão-nos de medir a sementeira, e hão-nos de contar os passos.” Pouco importa que as sementes tenham caído sobre as pedras, entre os espinhos, sobre a terra, ou sejam comidas pelos pássaros. A sementeira deve prosseguir, porque unvida com a palavra do Senhor. Refere-se Vieira a que o semeador saiu, mas não se refere a que o semeador retornou.

Desembargador Lúcio Arantes, se o destino não permitiu fosse efetivada a promessa política de sua volta a Trindade, Vossa Excelência cumpriu a predestinação divina. Semeou a palavra da justiça, edificou a mensagem da paz, pregou a concórdia dos homens, em sementeira frutífera, exemplarmente dignificante, caminhada que deixou pegadas a serem seguidas por todos nós.

Esta homenagem que hoje o Tribunal de Justiça outorga a Vossa Excelência, emprestando seu honrado nome a este Fórum de Planaltina, expressa nossa gratidão, nosso carinho e a mais profunda amizade.

Estenda, eminente Desembargador Lúcio Arantes, esta homenagem a D^a Albertina Cruz e Arantes, a seus filhos e netos, companheiros dessa luminosa caminhada.

Muito obrigado a todos!

Brasília-DF, 25 de abril de 2001.

DISCURSO DO DESEMBARGADOR LÚCIO BATISTA ARANTES EM AGRADECIMENTO À HOMENAGEM QUE LHE FOI PRESTADA

Excelentíssimo Senhor Desembargador Edmundo Minervino Dias - Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

Excelentíssimo Senhor Desembargador José de Campos Amaral - Vice-Presidente do TJDF

Excelentíssimo Senhor Desembargador Nívio Gonçalves - Corregedor do TJDF

Excelentíssimos Senhores Desembargadores aqui presentes

Ilustre Magistrado Dr. Ademar Vasconcelos - Diretor do Fórum de Planaltina

Demais autoridades do Judiciário, Membros do Ministério Público

Senhoras e Senhores,

Acreditei em Brasília porque sou homem do planalto. Aqui viveram meus antepassados e, quando a Constituição de 1891 reservou a área para implantação da nova capital, meu avô afim, **Francisco Magalhães**, abrigou a comissão “CRULS” em sua fazenda TORTO”.

Acreditei em Brasília antes mesmo que ela existisse, porque o Planalto Central já era região altamente politizada. De suas cidades tradicionais LUZIÂNIA, PLANALTINA e FORMOSA saíram governadores para o Palácio Conde dos Arcos na velha cidade de Goiás.

Visitantes ilustres aqui estiveram no século passado, tais como **Saint’hilaire, John Emanuel Poll e o Visconde de Porto Seguro**, todos recepcionados por antepassados meus. O bandeirante **Urbano do Couto** pisou nestes sertões com suas botas de sete léguas.

Brasília surgiu entre as comarcas de PLANALTINA, LUZIÂNIA e FORMOSA dentro da jurisdição do Tribunal de Justiça Goiano. A princípio era o caos. Como nos aglomerados humanos dos garimpos, ignorava-se a Lei. A cidade livre, hoje NÚCLEO BANDEIRANTE, retratava o Velho Oeste Americano. Tentava-se a sorte de qualquer maneira; buscava-se o ouro. O improvisado criava sérios entraves à ordem pública.

No mesmo dia em que a Comissão Oficial escolheu o sítio “castanho” para localização de Brasília, sobrevoei em avião do Estado de Goiás e divisei a estrada ao longo da qual se formaria, mais tarde, a Cidade Livre.

O cartógrafo da Comissão, meu tio afim, **Clóvis Magalhães**, elaborou o primeiro mapa do futuro DISTRITO FEDERAL. Terminado todo o trabalho de levantamento topográfico e delimitado o território, foi criada a primeira empresa estatal; a NOVACAP, para dar início à construção da nova capital.

Naquela época, eu era juiz titular da pacata Comarca de PLANALTINA. Jamais poderia imaginar, contudo, que, naquele exato momento, Deus, em sua infinita sabedoria e majestade, já havia traçado seus desígnios para minha vida profissional e pessoal.

Para minha surpresa, em 14 de maio de 1958, fui autorizado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, **Des. Moacir José de Moraes**, a exercer jurisdição dentro do território onde se estava erigindo a Nova Capital.

O ofício a mim dirigido pelo então presidente da Corte de Justiça Goiana, cujo original guardo até hoje, estava assim redigido:

“LEVO AO CONHECIMENTO DE V. EX^a QUE O TRIBUNAL PLENO, EM SUA SESSÃO DE 07 DO CORRENTE, DELIBEROU FOSSEM OS DRS. JUÍZES DE

DIREITO DE PLANALTINA E LUZIÂNIA AUTORIZADOS, POR ESTA PRESIDÊNCIA, A SE DESLOCAREM, SEMANALMENTE, COM OS RESPECTIVOS TABELIÃES E ESCRIVÃOS, PARA BRASÍLIA, DENTRO DE SUAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS, PARA ATENDIMENTO DAS PARTES RESIDENTES NA FUTURA CAPITAL DO PAÍS.

NESTAS CONDIÇÕES, DETERMINO A LOCOMOÇÃO DE V. EX^a ÀQUELA CIDADE, JUNTAMENTE COM SEUS AUXILIARES, PARA OS DEVIDOS FINS.

ATENCIOSAMENTE

DES. MOACIR JOSÉ DE MORAES

PRESIDENTE”

Fui o único a atender à convocação do Tribunal Goiano, uma vez que, como juiz de Planaltina, exercia, também, jurisdição em Luziânia.

Passei, assim, a realizar audiências, todas as quintas-feiras em uma modesta sala anexa à sede da NOVACAP, onde atendia a todas as ocorrências.

Realizava casamentos, julgava questões trabalhistas, eleitorais, cíveis, criminais e de família. Presidi a primeira eleição no Distrito Federal, o primeiro júri e atuei nas primeiras desapropriações, começando pelas Fazendas Torto, Bananal, Riacho Fundo e Gama.

A locomoção dos servidores era feita de improviso por uma caminhonete RURAL colocada à minha disposição pela NOVACAP. Em muitas ocasiões, lembro-me bem, a velha RURAL deixava o Juiz e seus auxiliares no meio do caminho entre PLANALTINA e a Nova Capital.

Coube ao nobre deputado goiano **Emival Caiado** a autoria da lei que fixou a data de 21 de Abril de 1960, para a inauguração oficial de Brasília, ultimando, assim, a tão almejada mudança da capital para a região central do País, trazendo a sede de todos os poderes federais.

A justiça de Brasília teve, portanto, **duas** fases distintas. A **primeira**, de 1958 até 1960, era exercida por mim na condição de Juiz de Direito de PLANALTINA-GO. A **segunda**, veio depois da inauguração de Brasília, mais precisamente com a criação do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 05 de setembro de 1960, após o que

passsei a integrar a nova Instituição na condição de Juiz Substituto, chegando, anos mais tarde, à presidência dos Tribunais: o Eleitoral e o de Justiça.

Não posso deixar de registrar, aqui, que a construção de Brasília foi duramente criticada por muitos intelectuais, políticos e pensadores nacionais. Houve época em que era moda falar mal de Brasília, chamando-a de “capital do tédio”. Mas, sendo irreversível, a construção da capital logo se impôs na consciência dos brasileiros, vencendo todas as forças tanto manifestas quanto ocultas que a atacavam.

Tendo completado 41 anos de existência, Brasília, hoje, deixou de ser o “sonho de Dom Bosco” para se tornar uma realidade brasileira. É uma cidade moderna na qual convivem todos os segmentos da variada raça brasileira.

Aliás, moderna, também, é a Justiça do Distrito Federal, hoje considerada como uma das mais ágeis e probas de todo o País. Em grande parte, tal condição foi obtida graças ao trabalho e esforço empreendido pelo seu atual presidente, **Des. Edmundo Minervino Dias**, magistrado zeloso e culto, que se empenhou pessoalmente para que esta homenagem à minha pessoa se concretizasse, a quem desde já agradeço.

Agradeço, igualmente, aos amigos Desembargadores **Campos Amaral** e **Nívio Gonçalves**, Vice-Presidente e Corregedor, respectivamente, pela imediata e estusiástica adesão à idéia hoje concretizada.

Agradeço, ainda, a todos os Desembargadores do Colendo TJDFT, os quais, em sessão plenária, aprovaram unanimemente a escolha de meu nome ao novo Fórum desta Cidade.

Agradeço, de modo especial, ao **Dr. Ademar Vasconcelos**, atual Juiz de Planaltina, esclarecido julgador que tem demonstrado às novas gerações de magistrados uma outra forma de atuar: ouvindo a comunidade local.

Obrigado pelo reconhecimento e empenho para a designação de meu nome ao prédio do Fórum desta cidade, que tanto amo e que boas lembranças me trazem.

À minha mulher e fiel companheira, Beth, e a meus queridos filhos Luciano, Leonardo, Túlio e Beatriz, compartilho esta homenagem, pois o convívio com eles me engrandeceu como pessoa e me possibilitou alcançar este feito.

Muito obrigado!

Des. Lúcio Batista Arantes, em 25/04/2001.